

PREGÃO ELETRÔNICO

31/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS

OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO (INSETO E ESCORPIÔNICO), DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA DE ÁGUA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 482.124,66 (quatrocentos e oitenta e dois mil, centos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026, às 09:00h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

| | |
|---|----|
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026 | 3 |
| (Processo Administrativo nº /2026) | 3 |
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 6 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. | 7 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 10 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 11 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 13 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 14 |
| 11. DO TERMO DE CONTRATO | 15 |
| 12. DOS RECURSOS | 15 |
| 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 16 |
| 14. DO REAJUSTE | 18 |
| 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 18 |
| 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 18 |

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
(Processo Administrativo nº 63/2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas/MG, por meio da Supervisão de Aquisições e Contratações de Serviços, sediada na Rua Floriano Peixoto, nº 395 - Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 295 de 29 de dezembro de 2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é ***REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO (INSETO E ESCORPIÔNICO), DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA DE ÁGUA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.***, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, alteração de preços registrados, cadastro reserva bem como a eventuais adesões ou cancelamento da ARP e suas consequências são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo V).

2.2. A quantidade mínima a ser adquirida de cada item será proporcional à 50% da quantidade máxima prevista no Termo de Referência.

2.3. **Não haverá** a possibilidade de prever preços diferentes, pois não aplica-se ao caso nenhuma das hipóteses previstas no art 82 inc II da Lei 14.133/2021

2.4. **Não será permitida apresentação de** proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites máximos previstos;

2.5. **É vedada a participação do órgão ou entidade** em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação qualquer empresa do ramo objeto deste certame, que satisfaça as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens deste processo serão disputados com participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 inc I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.2.4, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.1.4. *Quantidade Cotada*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poder oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O critério de julgamento será de menor preço e os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as

propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.2.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação,

o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.3.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha **poderá ser** ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha **poderá ser** ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira deverão ser apresentadas na plataforma do pregão eletrônico, nos termos deste instrumento convocatório.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os (As) licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), os documentos de habilitação exigidos no edital. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio dos documentos inseridos na plataforma, enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão seus documentos de habilitação e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11. A verificação das exigências dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de convocação.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades não participantes (os denominados "caronas"), nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Fica estabelecida a vedação à adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes (caronas), com fundamento no princípio da eficiência e da autotutela administrativa.

A vedação se justifica pelo fato de que o Município não dispõe de estrutura administrativa, pessoal técnico ou capacidade operacional suficiente para gerir solicitações de adesão externa, tampouco para acompanhar e fiscalizar a execução de eventuais contratações por entes não participantes. Além disso, o objeto da contratação foi dimensionado com base exclusivamente nas necessidades da administração do Município.

A vedação visa assegurar que o cronograma de entrega e a capacidade do fornecedor contratado não sejam comprometidos por demandas externas não previstas no planejamento inicial, garantindo a celeridade e o pronto atendimento deste órgão. A adesão descontrolada pode saturar a capacidade produtiva ou logística do fornecedor, colocando em risco as entregas para a Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas.

A complexidade do objeto exige fiscalização rigorosa, a qual este órgão gerenciador não possui condições de estender a contratos firmados por terceiros em localidades diversas.

Diante do exposto, por conveniência e oportunidade administrativa, opta-se pela não permissão de adesão por órgãos não participantes, conforme constará expressamente no Edital.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.5. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou adjudicar e firmar o contrato/ata de registro de preço nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

11.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.5. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://licitanet.com.br/>).

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

13.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

13.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

13.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

13.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

13.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

13.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

13.2.4.7.1. Deixar de entregar item solicitado em ordem de fornecimento sem comprovar motivo justo ou fator superveniente imprevisível.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

13.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/04/2026.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://licitanet.com.br> ou pelo email: licitacao.pmcamg@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.conceicaodasalagoas.mg.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III – Declarações

16.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta

Conceição das Alagoas/MG, 28 de maio de 2026.

CELSON PIRES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS

ESTADO DE MINAS GERAIS
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
(Processo Administrativo nº 63/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses.

| Seq. | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. Estimado |
|------|--------|---|---------|--------|----------------------|
| 01 | 80597 | AMIANTO 1.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM AMIANTO, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 26 | R\$ 104,55 |
| 02 | 80867 | AMIANTO 500 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM AMIANTO, COM CAPACIDADE DE 500 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | R\$ 99,16 |
| 03 | 80868 | ATERRO SANITÁRIO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.200 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 360 M². | Ps | 01 | R\$ 353,62 |
| 04 | 80869 | ATERRO SANITÁRIO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.200 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 360 M². | Ps | 01 | R\$ 206,56 |
| 05 | 80853 | AZALIA TOMBADA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 817,35 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 557,38 M² | Ps | 04 | R\$ 436,59 |
| 06 | 80854 | AZALIA TOMBADA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 817,35 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 557,38 M² | Ps | 04 | R\$ 289,86 |
| 07 | 80855 | BIBLIOTECA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 162,45 M² | Ps | 04 | R\$ 233,03 |
| 08 | 80856 | BIBLIOTECA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 162,45 M² | Ps | 04 | R\$ 159,73 |
| 09 | 80861 | CAMPO M FRANCISCO MAZETO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 23.691,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 123,35 M². | Ps | 03 | R\$ 283,16 |
| 10 | 80862 | CAMPO M FRANCISCO MAZETO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 23.691,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 123,35 M². | Ps | 03 | R\$ 325,48 |

| | | | | | |
|----|-------|---|----|----|--------------|
| 11 | 80831 | CAPS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.246,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 504,17 M². | Ps | 04 | R\$ 477,70 |
| 12 | 80832 | CAPS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.246,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 504,17 M². | Ps | 04 | R\$ 329,40 |
| 13 | 80857 | CASA DA CULTURA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.056,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 338,76 M² | Ps | 04 | R\$ 396,33 |
| 14 | 80858 | CASA DA CULTURA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.056,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 338,76 M² | Ps | 04 | R\$ 349,53 |
| 15 | 80870 | CASENG - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 36.000 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.800 M². | Ps | 01 | R\$ 2.901,25 |
| 16 | 80871 | CASENG - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 36.000 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.800 M². | Ps | 01 | R\$ 1.441,15 |
| 17 | 80841 | CCI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 849 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 333 M². | Ps | 06 | R\$ 404,79 |
| 18 | 80842 | CCI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 849 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 333 M². | Ps | 06 | R\$ 341,79 |
| 19 | 80825 | CEMITÉRIO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.287,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 613,00 M². | Ps | 04 | R\$ 439,69 |
| 20 | 80826 | CEMITÉRIO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.287,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 613,00 M². | Ps | 04 | R\$ 564,10 |
| 21 | 80884 | CEMTI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 663,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 533,39 M². | Ps | 03 | R\$ 654,53 |
| 22 | 80885 | CEMTI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 663,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 533,39 M². | Ps | 03 | R\$ 540,51 |
| 23 | 80617 | CENTRO DE ATENÇÃO MULHER/CRIANÇA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 195 M². | Ps | 03 | R\$ 453,26 |
| 24 | 80616 | CENTRO DE ATENÇÃO MULHER/CRIANÇA - P.S DE DESRATIZAÇÃO C/EMIÇÃO DE LAUDO TÉCNICO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 195 M². | Ps | 03 | R\$ 380,45 |
| 25 | 80835 | CENTRO TECNOLÓGICO - P.S DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 15.067,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.270 M². | Ps | 04 | R\$ 1.213,01 |
| 26 | 80836 | CENTRO TECNOLÓGICO - P.S DE SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 15.067,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.270 M². | Ps | 04 | R\$ 1.032,43 |
| 27 | 80829 | CEO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 438 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 229,73 M². | Ps | 03 | R\$ 501,75 |
| 28 | 80830 | CEO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 438 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 229,73 M². | Ps | 03 | R\$ 426,75 |
| 29 | 80664 | CMEI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.028,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1434,40 M². | Ps | 04 | R\$ 1.694,83 |
| 30 | 80665 | CMEI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.028,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1434,40 M². | Ps | 04 | R\$ 1.392,95 |
| 31 | 80612 | CONCRETO 2.500 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO, COM CAPACIDADE DE 2.500 LITROS DE ÁGUA, TAMANHO 3,20X1,40X0,40M | Ps | 03 | R\$ 190,65 |
| 32 | 80628 | CONCRETO ARMADO 100.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO COM CAPACIDADE DE 100.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 940,18 |
| 33 | 80629 | CONCRETO ARMADO 240.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO, COM CAPACIDADE DE 240.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 1.340,63 |
| 34 | 80610 | CONCRETO ARMADO 80.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO, COM CAPACIDADE DE 80.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 902,99 |
| 35 | 80839 | CRAS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.370 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 374 M². | Ps | 12 | R\$ 622,34 |
| 36 | 80840 | CRAS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.370 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 374 M². | Ps | 10 | R\$ 536,91 |
| 37 | 80845 | CREAS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 560 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 221 M². | Ps | 15 | R\$ 536,39 |
| 38 | 80846 | CREAS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 560 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 221 M². | Ps | 10 | R\$ 410,97 |
| 39 | 80666 | CRECHE VILMA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.617 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 217 M². | Ps | 04 | R\$ 586,39 |
| 40 | 80667 | CRECHE VILMA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.617 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 217 M². | Ps | 04 | R\$ 417,64 |
| 41 | 80670 | E.M AZÁLIA O NAVES PRÉDIO NOVO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.795,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.948,37 M². | Ps | 04 | R\$ 2.285,58 |

| | | | | | |
|-----|-------|---|----|----|--------------|
| 42 | 80671 | E.M AZÁLIA O NAVES PRÉDIO NOVO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.795,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.948,37 M². | Ps | 04 | R\$ 1.525,13 |
| 43 | 80672 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO ANTIGO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.473 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.768,73 M². | Ps | 04 | R\$ 1.693,43 |
| 44 | 80673 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO ANTIGO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.473M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.768,73 M². | Ps | 04 | R\$ 1.535,59 |
| 45 | 80674 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO NOVO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 13.263,00 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.989 M². | Ps | 04 | R\$ 2.973,15 |
| 46 | 80675 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO NOVO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 13.263,00 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.989 M². | Ps | 04 | R\$ 1.785,58 |
| 47 | 80676 | E.M DEOLINDO F PAIXÃO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.976,38 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.335,82 M². | Ps | 04 | R\$ 2.238,19 |
| 48 | 80677 | E.M DEOLINDO F PAIXÃO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.976,38 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.335,82 M². | Ps | 04 | R\$ 1.773,69 |
| 49 | 80678 | E.M GOVERNADOR VALADARES - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.958,93 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.425,52 M². | Ps | 04 | R\$ 1.791,80 |
| 50 | 80679 | E.M GOVERNADOR VALADARES - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.958,93 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.425,52 M². | Ps | 04 | R\$ 1.250,63 |
| 51 | 80680 | E.M HONORINA BARBOSA E CRECHE - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.125,19 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.517,19 M². | Ps | 04 | R\$ 1.591,80 |
| 52 | 80681 | E.M HONORINA BARBOSA E CRECHE - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.125,19 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.517,19 M². | Ps | 04 | R\$ 1.300,63 |
| 53 | 80682 | E.M JOSÉ DE SENE PRATA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.090,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.313,49 M². | Ps | 04 | R\$ 2.204,86 |
| 54 | 80683 | E.M JOSÉ DE SENE PRATA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.090,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.313,49 M². | Ps | 04 | R\$ 1.779,05 |
| 55 | 80684 | E.M QUEROBINO GOMIDES - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2650 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.008 M². | Ps | 04 | R\$ 1.281,35 |
| 56 | 80685 | E.M QUEROBINO GOMIDES - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2650 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.008 M². | Ps | 04 | R\$ 1.092,79 |
| 57 | 80622 | ESF SANTO EXPEDITO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 300 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 230,60 M². | Ps | 03 | R\$ 535,48 |
| 58 | 80713 | ESF SANTO EXPEDITO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 300 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 230,60 M². | Ps | 03 | R\$ 411,75 |
| 59 | 80859 | ESPAÇO CULTURAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 295,86 M² | Ps | 04 | R\$ 586,16 |
| 60 | 80860 | ESPAÇO CULTURAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 295,86M² | Ps | 04 | R\$ 502,80 |
| 61 | 80606 | FARMÁCIA DE MINAS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 150 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 90 M². | Ps | 03 | R\$ 403,78 |
| 62 | 80613 | FARMÁCIA DE MINAS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 150 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 90 M². | Ps | 03 | R\$ 349,14 |
| 63 | 80863 | GINÁSIO GEVAIR F DA CUNHA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.811,70 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 948,05 M². | Ps | 02 | R\$ 1.199,00 |
| 64 | 80864 | GINÁSIO GEVAIR F DA CUNHA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.811,70M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 948,05 M². | Ps | 02 | R\$ 982,50 |
| 65 | 80865 | GINÁSIO HERC JOSÉ DE MORAIS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.453,61 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 827,32 M². | Ps | 02 | R\$ 1.160,04 |
| 66 | 80866 | GINÁSIO HERCULANO J DE MORAIS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.453,61 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 827,32 M². | Ps | 02 | R\$ 1.018,93 |
| 67 | 80872 | MERCADO MUNICIPAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 8.964 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.290 M². | Ps | 01 | R\$ 2.124,14 |
| 668 | 80873 | MERCADO MUNICIPAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 8.964 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.290 M². | Ps | 01 | R\$ 1.889,83 |
| 69 | 80630 | METAL 1.000.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 1.000.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 4.091,16 |
| 70 | 80615 | METAL 10.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 10.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 393,52 |

| | | | | | |
|----|-------|--|----|-----|--------------|
| 71 | 80609 | METAL 15.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 18 | R\$ 512,54 |
| 72 | 80605 | METAL 15.000 L FORMATO CILINDRO - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS DE ÁGUA EM FORMATO DE CILINDRO | Ps | 06 | R\$ 534,10 |
| 73 | 80627 | METAL 15.000 L FORMATO TAÇA - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS DE ÁGUA EM FORMATO DE TAÇA | Ps | 13 | R\$ 502,80 |
| 74 | 80631 | METAL 20.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 20.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | R\$ 569,76 |
| 75 | 80623 | METAL 240.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 240.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 1.364,51 |
| 76 | 80618 | METAL 30.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 30.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | R\$ 522,05 |
| 77 | 80619 | METAL 35.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 35.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | R\$ 649,00 |
| 78 | 80624 | METAL 50.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 660,31 |
| 79 | 80621 | METAL 8.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 8.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | R\$ 212,70 |
| 80 | 80620 | METAL 90.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 90.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 907,99 |
| 81 | 80599 | POLIETILENO 1.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 191 | R\$ 110,77 |
| 82 | 80603 | POLIETILENO 500 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 500 LITROS DE ÁGUA | Ps | 67 | R\$ 104,56 |
| 83 | 80711 | POSTO SAUDE P. PONCIANOS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 553,77 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 144,24 M². | Ps | 03 | R\$ 557,21 |
| 84 | 80712 | POSTO SAUDE P. PONCIANOS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 553,77 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 144,24 M². | Ps | 03 | R\$ 446,10 |
| 85 | 80626 | PRÉ-MOLDADO 4.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM PRÉ-MOLDADO, COM CAPACIDADE DE 4.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | R\$ 273,19 |
| 86 | 80604 | PVC 1.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM PVC, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 08 | R\$ 115,13 |
| 87 | 80632 | RESERV. "ABÍLIO THOMAZ" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 360 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 612,08 |
| 88 | 80633 | RESERV. "ABÍLIO THOMAZ" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 360 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 564,37 |
| 89 | 80634 | RESERV. "AV DEOLINDO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.116 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 2.213,35 |
| 90 | 80635 | RESERV. "AV DEOLINDO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.116 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 2.073,81 |
| 91 | 80636 | RESERV. "BAIRRO DAS ALAGOAS" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 350 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 599,56 |
| 92 | 80637 | RESERV. "BAIRRO DAS ALAGOAS" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 350 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 561,49 |
| 93 | 80638 | RESERV. "BREJINHO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 137 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 463,19 |
| 94 | 80639 | RESERV. "BREJINHO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 137 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 415,12 |
| 95 | 80640 | RESERV. "COHAB" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1348 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 1.187,23 |

| | | | | | |
|-----|-------|---|----|----|--------------|
| 96 | 80641 | RESERV. "COHAB" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1348 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 992,79 |
| 97 | 80642 | RESERV. "DONA MARUCA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 562 M² E (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 725,47 |
| 98 | 80643 | RESERV. "DONA MARUCA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 562 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 660,31 |
| 99 | 80644 | RESERV. "FRANC DE PAULA PIRES" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 100 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 414,04 |
| 100 | 80645 | RESERV. "FRANC DE PAULA PIRES" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 100M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 382,54 |
| 101 | 80647 | RESERV. "FRANCISCO MAZETO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 518,09 |
| 102 | 80646 | RESERV. "FRANCISCO MAZETO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 483,35 |
| 103 | 80648 | RESERV. "JARDIM ALVORADA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 600 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 758,87 |
| 104 | 80649 | RESERV. "JARDIM ALVORADA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 600 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 712,17 |
| 105 | 80650 | RESERV. "JARDIM EUROPA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 200 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 478,48 |
| 106 | 80651 | RESERV. "JARDIM EUROPA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 200 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 437,44 |
| 107 | 80652 | RESERV. "JESUS M. PRATA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.766 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 1.441,60 |
| 108 | 80653 | RESERV. "JESUS M. PRATA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.766 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 1.341,15 |
| 109 | 80654 | RESERV. "JOSÉ BENTO DE SOUZA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 165 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 469,86 |
| 110 | 80655 | RESERV. "JOSÉ BENTO DE SOUZA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 165 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 453,49 |
| 111 | 80656 | RESERV. "PARQUE DE EXPOSIÇÕES" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 518,45 |
| 112 | 80657 | RESERV. "PARQUE DE EXPOSIÇÕES" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 484,07 |
| 113 | 80658 | RESERV. "SAÍDA DA CIDADE" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 208 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 473,26 |
| 114 | 80659 | RESERV. "SAÍDA DA CIDADE" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 208 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 448,16 |
| 115 | 80660 | RESERV. "SÃO FRANCISCO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 174 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 454,37 |
| 116 | 80661 | RESERV. "SÃO FRANCISCO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 174 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 432,28 |
| 117 | 80662 | RESERV. "VILA SANTA ISABEL" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 839 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 896,32 |
| 118 | 80663 | RESERV. "VILA SANTA ISABEL" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 839 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | R\$ 825,93 |
| 119 | 80847 | RESIDENCIA INCLUSIVA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 403 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 218 M². | Ps | 12 | R\$ 502,80 |
| 120 | 80848 | RESIDENCIA INCLUSIVA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 403 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 218 M². | Ps | 12 | R\$ 437,41 |
| 121 | 80827 | RODOVIÁRIA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.428,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 783 M². | Ps | 04 | R\$ 955,57 |
| 122 | 80828 | RODOVIÁRIA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.428,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 783 M². | Ps | 04 | R\$ 754,23 |
| 123 | 80843 | SCFV - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.644M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 906 M². | Ps | 12 | R\$ 1.030,43 |
| 124 | 80844 | SCFV - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.644 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 906 M². | Ps | 10 | R\$ 846,06 |

| | | | | | |
|-----|-------|---|----|----|------------|
| 125 | 80837 | SEDE CONSELHO TUTELAR - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES) O. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 180 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 164 M². | Ps | 10 | R\$ 501,46 |
| 126 | 80838 | SEDE CONSELHO TUTELAR - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 180 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 164 M². | Ps | 10 | R\$ 417,80 |
| 127 | 80849 | SEDE SEC. DESENV. SOCIAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.490 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 400 M². | Ps | 10 | R\$ 700,31 |
| 128 | 80850 | SEDE SEC. DESENV. SOCIAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.490 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 400 M². | Ps | 10 | R\$ 582,34 |
| 129 | 80851 | SEDE UAI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 600 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 296 M². | Ps | 04 | R\$ 635,41 |
| 130 | 80852 | SEDE UAI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 600 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 296 M². | Ps | 04 | R\$ 541,33 |
| 131 | 80717 | SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 242 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 212,34 M². | Ps | 03 | R\$ 557,18 |
| 132 | 80716 | SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 242 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 212,34 M². | Ps | 03 | R\$ 402,28 |
| 133 | 80705 | UBS "ALZIRA CHAGAS" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 699,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | R\$ 604,89 |
| 134 | 80706 | UBS "ALZIRA CHAGAS" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 699,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | R\$ 482,80 |
| 135 | 80697 | UBS "ANNA MANSUR" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 800 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 370,20 M². | Ps | 03 | R\$ 630,05 |
| 136 | 80698 | UBS "ANNA MANSUR" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 800 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 370,20 M². | Ps | 03 | R\$ 331,01 |
| 137 | 80703 | UBS "CLEANE APARECIDA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 929,25 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 271,31 M². | Ps | 03 | R\$ 381,07 |
| 138 | 80704 | UBS "CLEANE APARECIDA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 929,25 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 271,31 M². | Ps | 03 | R\$ 257,15 |
| 139 | 80709 | UBS "DONA BITA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 377,15 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 377,15 M². | Ps | 03 | R\$ 376,98 |
| 140 | 80710 | UBS "DONA BITA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 377,15 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 377,15 M². | Ps | 03 | R\$ 257,67 |
| 141 | 80707 | UBS "HILLE DE S MELO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 715,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,85 M². | Ps | 03 | R\$ 377,74 |
| 142 | 80708 | UBS "HILLE DE S MELO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 715,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,85 M². | Ps | 03 | R\$ 250,48 |
| 143 | 80701 | UBS "MARIZA CRISTINA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.134,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | R\$ 371,07 |
| 144 | 80702 | UBS "MARIZA CRISTINA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.134,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | R\$ 223,82 |
| 145 | 80699 | UBS "TIA SINHA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 863,05 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 483,24 M². | Ps | 03 | R\$ 406,49 |
| 146 | 80700 | UBS "TIA SINHA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 863,05 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 483,24 M². | Ps | 03 | R\$ 409,46 |
| 147 | 80714 | VIGILÂNCIA AMBIENTAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 199,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 147,59 M². | Ps | 03 | R\$ 337,57 |
| 148 | 80715 | VIGILÂNCIA AMBIENTAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 199,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 147,59 M². | Ps | 03 | R\$ 274,14 |

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 97, de 01 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Instrumento de Contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente documento fundamenta a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de:

- Desinsetização geral – controle e eliminação de insetos rasteiros e voadores (baratas, formigas, mosquitos, moscas e demais pragas urbanas);
- Controle escorpiónico – busca ativa, captura e desinsetização preventiva e corretiva de áreas com risco ou registro de ocorrência de escorpiões;
- Desratização – controle e eliminação de roedores (ratos e camundongos) mediante iscagem, bloqueio e monitoramento;
- Limpeza, higienização e desinfecção de reservatórios de água potável (caixas d'água superiores, inferiores e cisternas).

2.2. A necessidade ora descrita decorre do dever constitucional e legal da Administração Pública de zelar pela saúde, segurança e bem-estar dos servidores, colaboradores e usuários que frequentam as dependências do órgão, bem como de preservar o patrimônio público e assegurar a continuidade da prestação dos serviços essenciais.

2.3. A presença de insetos, roedores, escorpiões e a ausência de manutenção adequada dos reservatórios de água são condições incompatíveis com o ambiente de trabalho seguro e salubre exigido pelo ordenamento jurídico vigente e com os padrões sanitários aplicáveis a edificações de uso coletivo.

2.4. As edificações da unidade contratante possuem características que favorecem a presença de vetores e pragas urbanas.

2.5. A execução periódica dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas é regulamentada pela ANVISA por meio da RDC nº 622/2022, que estabelece requisitos técnicos obrigatórios para as empresas prestadoras

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução escolhida pela Administração consiste na contratação de empresa privada especializada, pelo seguinte conjunto de razões:

Inviabilidade de Execução Direta

A execução dos serviços requer formação técnica específica, licenças sanitária e ambiental próprias, equipamentos profissionais para aplicação de produtos químicos e habilitação legal exigida pela RDC ANVISA nº 622/2022, condições que o órgão não detém em seu quadro próprio e que não é viável constituir, dado o caráter eventual e especializado da demanda.

Ausência de Solução Interna ou Gratuita

Não existe convênio, acordo de cooperação técnica ou outro instrumento que permita o atendimento da necessidade sem ônus para o órgão. Órgãos de saúde pública não realizam esse tipo de serviço de forma programada para terceiros, limitando-se ao papel regulatório e fiscalizatório.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. ■ análise do ciclo de vida do produto (produção, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;

4.1.2. ■ estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;

4.1.3. ▪ fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;

4.1.4. ▪ fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não haverá necessidade de indicação de marcas, haja vista que o descritivo e as especificações dos itens desejados estão robustos, fidedignos e exatamente nos termos legais para uma contratação eficiente.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Subcontratação

4.4. Não será admitida subcontratação

Garantia da contratação

4.5. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Condições de Execução dos Serviços

5.1. Os serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico) e desratização compreendem a execução de:

- Desinsetização geral – controle e eliminação de insetos rasteiros e voadores (baratas, formigas, moscas, mosquitos, cupins, entre outros);
- Controle escorpiônico – busca ativa, captura, desinsetização de pontos de abrigo e tratamento preventivo em áreas de risco;
- Desratização – controle e eliminação de roedores (ratos e camundongos), mediante iscagem, bloqueio e monitoramento.

5.2. Os serviços de limpeza higienização e desinfecção química de reservatórios de água potável (caixas d'água inferiores e superiores, cisternas e demais reservatórios):

- Limpeza mecânica interna dos reservatórios (remoção de sedimentos, lodo, biofilme e incrustações);
- Desinfecção química com produto registrado na ANVISA;
- Inspeção técnica das condições físicas do reservatório (tampa, boia, extravasor, tubulações e vedações);
- Coleta de amostras de água para análise laboratorial pós-desinfecção, quando exigido;
- Emissão de laudo técnico e certificado de execução.

5.3. Os serviços serão prestados nas dependências indicadas pela CONTRATANTE, incluindo áreas internas, externas, solos, telhados, jardins, caixas de passagem, ralos e demais pontos de infestação identificados em vistoria prévia.

5.4. Antes do início de cada ciclo de aplicação, a CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica nas dependências, com elaboração de relatório contendo:

- Identificação das espécies-alvo encontradas ou com risco de infestação;
- Mapeamento dos pontos críticos e focos de infestação;
- Definição das áreas, métodos e produtos a serem utilizados;
- Proposição do cronograma de aplicação.

5.5. O Plano de Trabalho resultante deverá ser submetido ao fiscal do contrato com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis antes da execução, para aprovação

5.6. **Desinsetização Geral**

- a) Aplicação de produtos saneantes desinfestantes por pulverização, aspersão, termonebulização (fumacê) ou aplicação em gel, conforme indicação técnica do produto e características do ambiente;
- b) Tratamento preferencial em ralos, rodapés, frestas, atrás de equipamentos, armários, caixas de passagem e demais pontos de abrigo;
- c) Nas áreas com manipulação de alimentos, uso exclusivo de produtos de baixa toxicidade e formulação gel ou granulado, evitando-se pulverizações líquidas;
- d) Retirada de pessoas e animais domésticos do local durante a aplicação e pelo prazo indicado pelo fabricante do produto;
- e) Vedação de alimentos, utensílios e superfícies de preparo antes da aplicação.

5.7. **Controle Escorpiônico**

- a) Realização de busca ativa manual com uso de lanternas UV/luz negra, preferencialmente no período noturno, nas áreas externas, entulhos, frestas de alvenaria, jardins, caixas de inspeção e tubulações;
- b) Aplicação de inseticidas residuais de ação prolongada nos locais de abrigo identificados;
- c) Orientação à CONTRATANTE quanto às medidas preventivas estruturais (vedação de frestas, eliminação de entulho, calçamentos);
- d) Captura e destinação adequada dos espécimes encontrados, conforme legislação ambiental vigente;
- e) Elaboração de mapa de risco atualizado a cada visita.

5.8. **Desratização**

- a) Instalação de estações de iscagem (porta-iscas) em pontos estratégicos, devidamente identificados e mapeados, com rodenticidas em bloco parafinado ou similar, resistente à umidade;
- b) As estações de iscagem devem ser instaladas em locais inacessíveis a crianças, animais domésticos e em conformidade com as normas de segurança;
- c) Monitoramento mensal das estações, com reposição de iscas consumidas ou danificadas e registro em formulário de controle;
- d) Coleta e destinação adequada de roedores mortos e de embalagens de iscas utilizadas, com comprovante de destinação final;
- e) Vedação de pontos de acesso identificados (ratoeiras, bueiros, frestas), mediante orientação técnica à CONTRATANTE.

5.9. A execução dos serviços de limpeza e higienização deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes etapas sequenciais:

- a) Esfregar minuciosamente as paredes, fundo, tampa e tubulações internas do reservatório com escova, vassoura de cerdas rígidas ou rodo, SEM utilização de sabão, detergente ou qualquer produto que possa contaminar a água ou deixar resíduos;
- b) Remover todo o sedimento, lodo, limo, biofilme e incrustações depositados nas paredes e no fundo;
- c) Enxaguar as superfícies internas com água limpa para retirar completamente os resíduos da limpeza mecânica;
- d) Descartar a água de lavagem conforme item anterior.

- e) Aplicar solução clorada nas paredes e fundo do reservatório, aguardando o tempo de contato mínimo de 30 (trinta) minutos antes do enxágue;
- f) Alternativamente ao enxágue prévio, abrir o registro de entrada e encher o reservatório, adicionando solução de hipoclorito de sódio na proporção mínima de 1 litro de água sanitária a 2,0% – 2,5% para cada 1.000 litros de capacidade do reservatório, conforme metodologia do Ministério da Saúde;
- g) Manter a solução clorada por tempo mínimo de 2 (duas) horas para desinfecção do reservatório e das tubulações;
- h) Após o período de contato, escoar a água clorada e encher novamente com água potável para uso;
- i) O cloro residual livre da água ao final do processo deve estar entre 0,2 mg/L e 5,0 mg/L, conforme art. 32 da Portaria GM/MS nº 888/2021.
- j) Verificar as condições físicas da tampa e vedação do reservatório (vedação hermética contra entrada de insetos, aves, animais e poeira);
- k) Inspeccionar a boia, o extravasor, o tubo ladrão e as tubulações de entrada e saída, anotando eventuais defeitos em relatório;
- l) Verificar a integridade estrutural interna (trincas, rachaduras, infiltrações);
- m) Recolocar e fixar adequadamente a tampa do reservatório ao término do serviço

Garantia

5.10. Não será exigida garantia contratual

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.2.4.7.1. Deixar de entregar item solicitado em ordem de fornecimento sem comprovar motivo justo ou fator superveniente imprevisível.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e **quantidade** do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.10.1. o prazo de validade;
 - 8.10.2. a data da emissão;
 - 8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.10.5. o valor a pagar; e
 - 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 8.13. A Administração deverá consultar a regularidade fiscal da contratada para:
- 8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. A situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.25. Não haverá antecipações de pagamento

Cessão de crédito

8.26. Não será admitida a sessão de crédito

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/04/2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada em quantidades livres no limite do contrato.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa a atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado sede ou órgão equivalente nos termos da Lei, comprovando;

9.22. Os 2 (dois) últimos balanços patrimoniais exigíveis serão determinados conforme o instrumento de registro utilizado pela licitante, observados os seguintes critérios:

| Instrumento de Registro | Prazo de Registro/Entrega | Exercícios Exigíveis | Observação |
|-----------------------------|---------------------------|---|-----------------------------|
| Registro na Junta Comercial | Até 30/04 do ano seguinte | 2024 e 2025 ✓ (a partir de maio/2026) | Prazo vencido em 30/04/2026 |
| SPED ECD (Receita Federal) | Até 31/07 do ano seguinte | 2024 e 2025 ✓ (a partir de agosto/2026) | Prazo vence em 31/07/2026 |

9.23. A licitante constituída há menos de 2 (dois) exercícios sociais completos, fica dispensada da apresentação dos balanços relativos aos exercícios inexistentes, devendo apresentar o(s)

balanço(s) disponível(is), acrescido do balanço de abertura, devidamente registrado, em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdãos nº 1.757/2011 e 2.427/2013).

9.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. **Licença Sanitária** vigente, expedida pela Vigilância Sanitária municipal, estadual ou distrital;

9.32. **Licença Ambiental** vigente, expedida pelo órgão ambiental competente (ex.: SEMAD/MG para Minas Gerais);

9.33. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização e desratização) compatíveis em características com o objeto

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 10.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 10.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.7. Cientificar a Procuradoria Municipal do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.9. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;
- 10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, as licenças sanitária e ambiental válidas, apresentando renovações ao fiscal sempre que solicitado;
- 11.2. Indicar formalmente o Responsável Técnico habilitado, comunicando à CONTRATANTE qualquer substituição;
- 11.3. Disponibilizar atendimentos emergenciais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após acionamento;
- 11.4. Guardar sigilo sobre informações, dados e documentos da CONTRATANTE a que tiver acesso;
- 11.5. Reparar ou indenizar danos causados a bens, pessoas ou ao meio ambiente em decorrência da execução dos serviços;
- 11.6. Manter registro atualizado de todas as aplicações realizadas, disponível ao fiscal a qualquer tempo;
- 11.7. Comunicar ao fiscal, imediatamente, qualquer situação de risco grave de infestação identificada durante a execução.
- 11.8. Utilizar exclusivamente mão de obra própria qualificada e treinada nas normas de segurança e nos procedimentos de higienização de reservatórios;
- 11.9. Manter o local de trabalho organizado, devolvendo o reservatório e adjacências nas mesmas condições ou em melhores condições às encontradas;
- 11.10. Não subcontratar os serviços, salvo com autorização expressa e prévia da CONTRATANTE;

11.11. Comunicar imediatamente ao fiscal qualquer avaria, infiltração, trinca ou irregularidade identificada no reservatório durante a execução;

11.12. Garantir atendimento emergencial em até 24 (vinte e quatro) horas após acionamento pela CONTRATANTE;

11.13. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos materiais ou pessoais decorrentes da execução dos serviços.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 482.124,66 (quatrocentos e oitenta e dois mil, centos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações: 936-02.15.02.10.302.0044.2.0244.3.3.90.39.00.00; 621-02.15.01.10.301.0044.2.0083.3.3.90.39.00.00; 1.256-02.08.01.17.512.0068.2.0026.3.3.90.39.00.00; 961-02.15.01.10.302.0045.2.0242.3.3.90.39.00.00; 432-02.82.01.27.122.0041.2.0056.3.3.90.39.00.00; 1.218-02.14.03.10.302.0045.2.0294.3.3.90.39.00.00; 660-02.15.03.10.305.0048.2.0090.3.3.90.39.00.00; 1.292-02.12.01.13.122.0038.2.0297.3.3.90.39.00.00; 1.181-02.05.01.13.122.0038.2.0283.3.3.90.39.00.00; 183-02.08.02.15.452.0021.2.0029.3.3.90.39.00.00; 245-02.08.02.26.782.0026.2.0030.3.3.90.39.00.00; 1.843-02.13.01.20.122.0056.2.0176.3.3.90.39.00.00; 1.429-02.13.01.23.691.0053.2.0312.3.3.90.39.00.00; 1.115-02.18.01.18.541.0070.2.0280.3.3.90.39.00.00; 366-02.10.01.12.365.0061.2.0046.3.3.90.39.00.00; 328-02.10.01.12.361.0030.2.0038.3.3.90.39.00.00; 87-02.07.01.04.122.0006.2.0014.3.3.90.39.00.00; 1.707-02.07.01.04.122.0006.2.0323.3.3.90.39.00.00; 1.009-02.01.01.06.182.0008.2.0266.3.3.90.39.00.00; 671-02.16.01.08.122.0006.2.0099.3.3.90.39.00.00; 1.188-02.19.01.08.244.0064.2.0285.3.3.90.39.00.00; 1.195-02.19.01.08.244.0064.2.0286.3.3.90.39.00.00; 703-02.16.01.08.243.0065.2.0104.3.3.90.39.00.00; 1.921-02.83.01.04.126.0011.2.0305.3.3.90.39.00.00; 1.910-02.83.01.11.332.0006.2.0120.3.3.90.39.00.00.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Conceição das Alagoas/MG, 28 de maio de 2026.

Responsável Técnico

MINUTA DO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO
DAS ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DO
PREFEITO MUNICIPAL E

.....

O **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.428.854/0001-39, com sede à Rua Floriano Peixoto, 395, Centro, na cidade de Conceição das Alagoas, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **CELSON PIRES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, nomeado pela Portaria nº, de de de 20..., portadora da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CÓDIGO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico) e desratização compreendem a execução de:

- Desinsetização geral – controle e eliminação de insetos rasteiros e voadores (baratas, formigas, moscas, mosquitos, cupins, entre outros);
- Controle escorpiônico – busca ativa, captura, desinsetização de pontos de abrigo e tratamento preventivo em áreas de risco;
- Desratização – controle e eliminação de roedores (ratos e camundongos), mediante iscagem, bloqueio e monitoramento.

3.2. Os serviços de limpeza higienização e desinfecção química de reservatórios de água potável (caixas d'água inferiores e superiores, cisternas e demais reservatórios):

- Limpeza mecânica interna dos reservatórios (remoção de sedimentos, lodo, biofilme e incrustações);
- Desinfecção química com produto registrado na ANVISA;
- Inspeção técnica das condições físicas do reservatório (tampa, boia, extravasor, tubulações e vedações);
- Coleta de amostras de água para análise laboratorial pós-desinfecção, quando exigido;
- Emissão de laudo técnico e certificado de execução.

3.3. Os serviços serão prestados nas dependências indicadas pela CONTRATANTE, incluindo áreas internas, externas, subsolos, telhados, jardins, caixas de passagem, ralos e demais pontos de infestação identificados em vistoria prévia.

3.4. Antes do início de cada ciclo de aplicação, a CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica nas dependências, com elaboração de relatório contendo:

- Identificação das espécies-alvo encontradas ou com risco de infestação;
- Mapeamento dos pontos críticos e focos de infestação;
- Definição das áreas, métodos e produtos a serem utilizados;
- Proposição do cronograma de aplicação.

3.5. O Plano de Trabalho resultante deverá ser submetido ao fiscal do contrato com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis antes da execução, para aprovação

3.6. Desinsetização Geral

- a) Aplicação de produtos saneantes desinfestantes por pulverização, aspersão, termonebulização (fumacê) ou aplicação em gel, conforme indicação técnica do produto e características do ambiente;
- b) Tratamento preferencial em ralos, rodapés, frestas, atrás de equipamentos, armários, caixas de passagem e demais pontos de abrigo;
- c) Nas áreas com manipulação de alimentos, uso exclusivo de produtos de baixa toxicidade e formulação gel ou granulada, evitando-se pulverizações líquidas;
- d) Retirada de pessoas e animais domésticos do local durante a aplicação e pelo prazo indicado pelo fabricante do produto;
- e) Vedação de alimentos, utensílios e superfícies de preparo antes da aplicação.

3.7. Controle Escorpiônico

- a) Realização de busca ativa manual com uso de lanternas UV/luz negra, preferencialmente no período noturno, nas áreas externas, entulhos, frestas de alvenaria, jardins, caixas de inspeção e tubulações;

- b) Aplicação de inseticidas residuais de ação prolongada nos locais de abrigo identificados;
- c) Orientação à CONTRATANTE quanto às medidas preventivas estruturais (vedação de frestas, eliminação de entulho, calçamentos);
- d) Captura e destinação adequada dos espécimes encontrados, conforme legislação ambiental vigente;
- e) Elaboração de mapa de risco atualizado a cada visita.

3.8. Desratização

- a) Instalação de estações de iscagem (porta-iscas) em pontos estratégicos, devidamente identificados e mapeados, com rodenticidas em bloco parafinado ou similar, resistente à umidade;
- b) As estações de iscagem devem ser instaladas em locais inacessíveis a crianças, animais domésticos e em conformidade com as normas de segurança;
- c) Monitoramento mensal das estações, com reposição de iscas consumidas ou danificadas e registro em formulário de controle;
- d) Coleta e destinação adequada de roedores mortos e de embalagens de iscas utilizadas, com comprovante de destinação final;
- e) Vedação de pontos de acesso identificados (ratoeiras, bueiros, frestas), mediante orientação técnica à CONTRATANTE.

3.9. A execução dos serviços de limpeza e higienização deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes etapas sequenciais:

- a) Esfregar minuciosamente as paredes, fundo, tampa e tubulações internas do reservatório com escova, vassoura de cerdas rígidas ou rodo, SEM utilização de sabão, detergente ou qualquer produto que possa contaminar a água ou deixar resíduos;
- b) Remover todo o sedimento, lodo, limo, biofilme e incrustações depositados nas paredes e no fundo;
- c) Enxaguar as superfícies internas com água limpa para retirar completamente os resíduos da limpeza mecânica;
- d) Descartar a água de lavagem conforme item anterior.
- e) Aplicar solução clorada nas paredes e fundo do reservatório, aguardando o tempo de contato mínimo de 30 (trinta) minutos antes do enxágue;
- f) Alternativamente ao enxágue prévio, abrir o registro de entrada e encher o reservatório, adicionando solução de hipoclorito de sódio na proporção mínima de 1 litro de água sanitária a 2,0% – 2,5% para cada 1.000 litros de capacidade do reservatório, conforme metodologia do Ministério da Saúde;
- g) Manter a solução clorada por tempo mínimo de 2 (duas) horas para desinfecção do reservatório e das tubulações;
- h) Após o período de contato, escoar a água clorada e encher novamente com água potável para uso;
- i) O cloro residual livre da água ao final do processo deve estar entre 0,2 mg/L e 5,0 mg/L, conforme art. 32 da Portaria GM/MS nº 888/2021.
- j) Verificar as condições físicas da tampa e vedação do reservatório (vedação hermética contra entrada de insetos, aves, animais e poeira);
- k) Inspeccionar a boia, o extravasor, o tubo ladrão e as tubulações de entrada e saída, anotando eventuais defeitos em relatório;
- l) Verificar a integridade estrutural interna (trincas, rachaduras, infiltrações);
- m) Recolocar e fixar adequadamente a tampa do reservatório ao término do serviço

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da emissão da nota fiscal.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.7. Não haverá em qualquer hipótese antecipação de pagamentos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar a Procuradoria Municipal do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.01. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, as licenças sanitária e ambiental válidas, apresentando renovações ao fiscal sempre que solicitado;

9.2. Indicar formalmente o Responsável Técnico habilitado, comunicando à CONTRATANTE qualquer substituição;

9.3. Disponibilizar atendimentos emergenciais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após acionamento;

9.4. Guardar sigilo sobre informações, dados e documentos da CONTRATANTE a que tiver acesso;

9.5. Reparar ou indenizar danos causados a bens, pessoas ou ao meio ambiente em decorrência da execução dos serviços;

9.6. Manter registro atualizado de todas as aplicações realizadas, disponível ao fiscal a qualquer tempo;

9.7. Comunicar ao fiscal, imediatamente, qualquer situação de risco grave de infestação identificada durante a execução.

9.8. Utilizar exclusivamente mão de obra própria qualificada e treinada nas normas de segurança e nos procedimentos de higienização de reservatórios;

- 9.9. Manter o local de trabalho organizado, devolvendo o reservatório e adjacências nas mesmas condições ou em melhores condições às encontradas;
- 9.10. Não subcontratar os serviços, salvo com autorização expressa e prévia da CONTRATANTE;
- 9.11. Comunicar imediatamente ao fiscal qualquer avaria, infiltração, trinca ou irregularidade identificada no reservatório durante a execução;
- 9.12. Garantir atendimento emergencial em até 24 (vinte e quatro) horas após acionamento pela CONTRATANTE;
- 9.13. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos materiais ou pessoais decorrentes da execução dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.01. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias

11.2.4.02. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.03. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

11.2.4.04. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

11.2.4.05. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

11.2.4.06. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

11.2.4.07. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

11.2.4.07.1. Deixar de entregar item solicitado em ordem de fornecimento sem comprovar motivo justo ou fator superveniente imprevisível.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.01. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.5. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.5.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.5.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

| | | |
|--|--|--------|
| 936-02.15.02.10.302.0044.2.0244.3.3.90.39.00.00; | 621-02.15.01.10.301.0044.2.0083.3.3.90.39.00.00; | 1.256- |
| 02.08.01.17.512.0068.2.0026.3.3.90.39.00.00; | 961-02.15.01.10.302.0045.2.0242.3.3.90.39.00.00; | 432- |
| 02.82.01.27.122.0041.2.0056.3.3.90.39.00.00; | 1.218-02.14.03.10.302.0045.2.0294.3.3.90.39.00.00; | 660- |
| 02.15.03.10.305.0048.2.0090.3.3.90.39.00.00; | 1.292-02.12.01.13.122.0038.2.0297.3.3.90.39.00.00; | 1.181- |
| 02.05.01.13.122.0038.2.0283.3.3.90.39.00.00; | 183-02.08.02.15.452.0021.2.0029.3.3.90.39.00.00; | 245- |
| 02.08.02.26.782.0026.2.0030.3.3.90.39.00.00; | 1.843-02.13.01.20.122.0056.2.0176.3.3.90.39.00.00; | 1.429- |
| 02.13.01.23.691.0053.2.0312.3.3.90.39.00.00; | 1.115-02.18.01.18.541.0070.2.0280.3.3.90.39.00.00; | 366- |
| 02.10.01.12.365.0061.2.0046.3.3.90.39.00.00; | 328-02.10.01.12.361.0030.2.0038.3.3.90.39.00.00; | 87- |
| 02.07.01.04.122.0006.2.0014.3.3.90.39.00.00; | 1.707-02.07.01.04.122.0006.2.0323.3.3.90.39.00.00; | 1.009- |
| 02.01.01.06.182.0008.2.0266.3.3.90.39.00.00; | 671-02.16.01.08.122.0006.2.0099.3.3.90.39.00.00; | 1.188- |
| 02.19.01.08.244.0064.2.0285.3.3.90.39.00.00; | 1.195-02.19.01.08.244.0064.2.0286.3.3.90.39.00.00; | 703- |
| 02.16.01.08.243.0065.2.0104.3.3.90.39.00.00; | 1.921-02.83.01.04.126.0011.2.0305.3.3.90.39.00.00; | 1.910- |
| 02.83.01.11.332.0006.2.0120.3.3.90.39.00.00. | | |

14.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição das Alagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Conceição das Alagoas/MG, [dia] de [mês] de [ano].

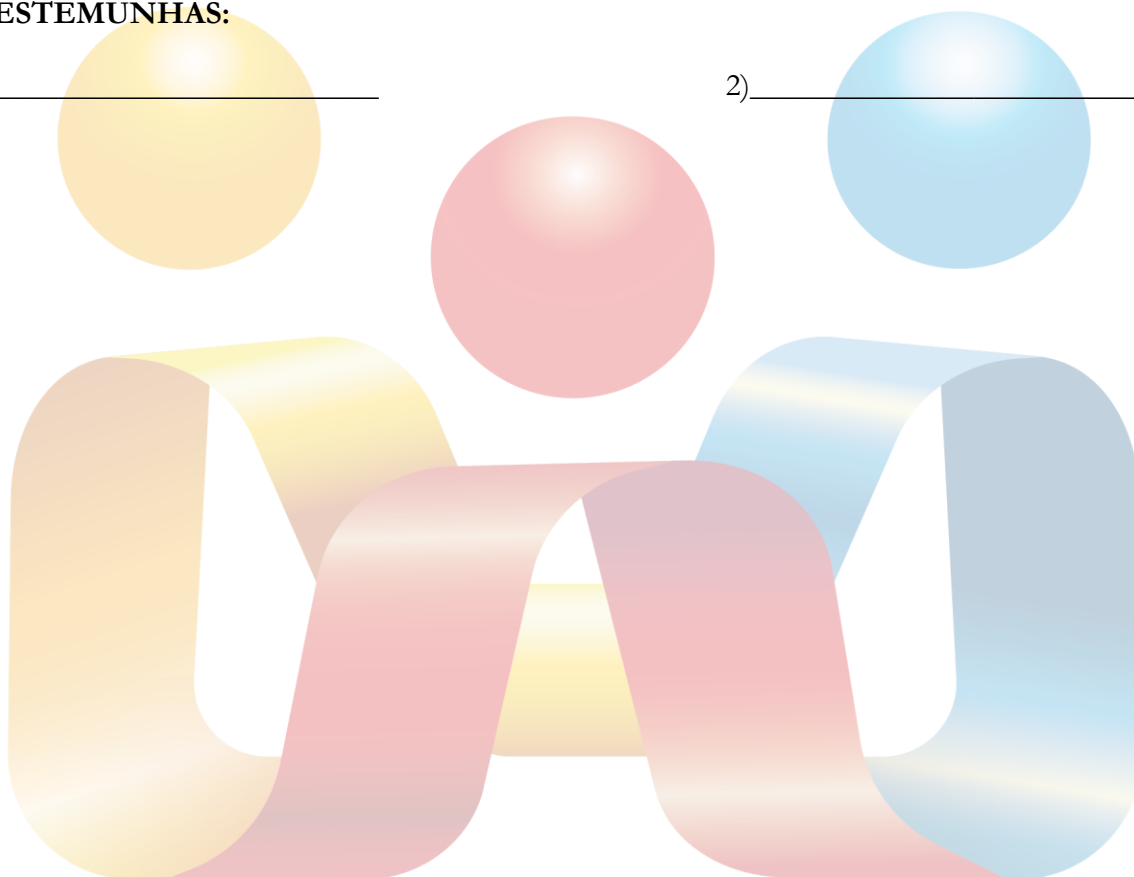
Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES

Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Processo Licitatório nº ____/2026

Pregão Eletrônico nº ____/2026

Objeto: registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses.

A (empresa proponente), CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada em xxxxxxxxxxxx/xx, na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. ____/2026, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao Edital e ainda que:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso X do artigo 144 da Lei Complementar nº 04/90).
- Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

Declaração que atende os requisitos de habilitação

Processo Licitatório nº ____/2026

Pregão Eletrônico nº ____/2026

Objeto: registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses.

A (empresa proponente) inscrito no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

_____, ____ de _____ de 2026

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

**Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da
Previdência Social**

Processo Licitatório nº ____/2026

Pregão Eletrônico nº ____/2026

Objeto: registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses.

A (empresa proponente) inscrito no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, ____ de _____ de 2026

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

Declaração de Proposta

Processo Licitatório nº ____/2026

Pregão Eletrônico nº ____/2026

Objeto: registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses.

A (empresa proponente) inscrito no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal a Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, ____ de _____ de 2026

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico n.º ____/2026 **DECLARA** ao Município de Conceição das Alagoas -Mg, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

(☐) **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

(☐) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

| | | | |
|--|--------|-------------|--------|
| DADOS DA LICITANTE | | | |
| RAZÃO SOCIAL: | | | |
| CNPJ: | | I ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | | |
| CIDADE: | | ESTADO: | CEP: |
| TELEFONE: | | E-MAIL: | |
| RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO | | | |
| NOME: | | CPF: | |
| RG: | | ENCEREÇO: | |
| PARA PAGAMENTO VIA SISTEMA BANCÁRIO | | | |
| Nº BANCO: | BANCO: | AG: | CONTA: |

Prezado Senhor,

Venho através deste, apresentar proposta a Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas, para **registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses:**

| Seq. | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit | Valor Total |
|------|--------|---|---------|--------|------------|-------------|
| 01 | 80597 | AMIANTO 1.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EMAMIANTO, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 26 | | |
| 02 | 80867 | AMIANTO 500 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EMAMIANTO, COM CAPACIDADE DE 500 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | | |
| 03 | 80868 | ATERRO SANITÁRIO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.200 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 360 M². | Ps | 01 | | |
| 04 | 80869 | ATERRO SANITÁRIO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.200 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 360 M². | Ps | 01 | | |
| 05 | 80853 | AZALIA TOMBADA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 817,35 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 557,38 M² | Ps | 04 | | |
| 06 | 80854 | AZALIA TOMBADA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 817,35 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 557,38 M² | Ps | 04 | | |
| 07 | 80855 | BIBLIOTECA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 162,45 M² | Ps | 04 | | |
| 08 | 80856 | BIBLIOTECA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 162,45 M² | Ps | 04 | | |
| 09 | 80861 | CAMPO M FRANCISCO MAZETO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 23.691,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 123,35 M². | Ps | 03 | | |
| 10 | 80862 | CAMPO M FRANCISCO MAZETO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 23.691,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 123,35 M². | Ps | 03 | | |
| 11 | 80831 | CAPS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.246,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 504,17 M². | Ps | 04 | | |
| 12 | 80832 | CAPS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.246,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 504,17 M². | Ps | 04 | | |
| 13 | 80857 | CASA DA CULTURA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.056,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 338,76 M² | Ps | 04 | | |
| 14 | 80858 | CASA DA CULTURA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.056,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 338,76 M² | Ps | 04 | | |
| 15 | 80870 | CASENG - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 36.000 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.800 M². | Ps | 01 | | |

| | | | | | | |
|----|-------|---|----|----|--|--|
| 16 | 80871 | CASENG - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 36.000 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.800 M². | Ps | 01 | | |
| 17 | 80841 | CCI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 849 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 333 M². | Ps | 06 | | |
| 18 | 80842 | CCI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 849 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 333 M². | Ps | 06 | | |
| 19 | 80825 | CEMITÉRIO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.287,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 613,00 M². | Ps | 04 | | |
| 20 | 80826 | CEMITÉRIO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 43.287,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 613,00 M². | Ps | 04 | | |
| 21 | 80884 | CEMTI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 663,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 533,39 M². | Ps | 03 | | |
| 22 | 80885 | CEMTI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 663,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 533,39 M². | Ps | 03 | | |
| 23 | 80617 | CENTRO DE ATENÇÃO MULHER/CRIANÇA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 195 M². | Ps | 03 | | |
| 24 | 80616 | CENTRO DE ATENÇÃO MULHER/CRIANÇA - P.S DE DESRATIZAÇÃO C/EMIÇÃO DE LAUDO TÉCNICO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 195 M². | Ps | 03 | | |
| 25 | 80835 | CENTRO TECNOLÓGICO - P.S DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 15.067,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.270 M². | Ps | 04 | | |
| 26 | 80836 | CENTRO TECNOLÓGICO - P.S DE SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 15.067,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.270 M². | Ps | 04 | | |
| 27 | 80829 | CEO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 438 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 229,73 M². | Ps | 03 | | |
| 28 | 80830 | CEO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 438 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 229,73 M². | Ps | 03 | | |
| 29 | 80664 | CMEI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.028,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.434,40 M². | Ps | 04 | | |
| 30 | 80665 | CMEI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.028,92 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.434,40 M². | Ps | 04 | | |
| 31 | 80612 | CONCRETO 2.500 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO, COM CAPACIDADE DE 2.500 LITROS DE ÁGUA, TAMANHO 3,20X1,40X0,40M | Ps | 03 | | |
| 32 | 80628 | CONCRETO ARMADO 100.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO COM CAPACIDADE DE 100.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 33 | 80629 | CONCRETO ARMADO 240.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO, COM CAPACIDADE DE 240.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 34 | 80610 | CONCRETO ARMADO 80.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO, COM CAPACIDADE DE 80.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 35 | 80839 | CRAS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.370 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 374 M². | Ps | 12 | | |
| 36 | 80840 | CRAS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.370 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 374 M². | Ps | 10 | | |
| 37 | 80845 | CREAS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 560 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 221 M². | Ps | 15 | | |
| 38 | 80846 | CREAS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 560 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 221 M². | Ps | 10 | | |
| 39 | 80666 | CRECHE VILMA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.617 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 217 M². | Ps | 04 | | |
| 40 | 80667 | CRECHE VILMA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.617 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 217 M². | Ps | 04 | | |
| 41 | 80670 | E.M AZÁLIA O NAVES PRÉDIO NOVO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.795,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.948,37 M². | Ps | 04 | | |
| 42 | 80671 | E.M AZÁLIA O NAVES PRÉDIO NOVO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.795,74 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.948,37 M². | Ps | 04 | | |
| 43 | 80672 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO ANTIGO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.473 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.768,73 M². | Ps | 04 | | |
| 44 | 80673 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO ANTIGO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.473 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.768,73 M². | Ps | 04 | | |
| 45 | 80674 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO NOVO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 13.263,00 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.989 M². | Ps | 04 | | |
| 46 | 80675 | E.M CARLOS LUZ PRÉDIO NOVO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 13.263,00 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.989 M². | Ps | 04 | | |

| | | | | | | |
|-----|-------|--|----|----|--|--|
| 47 | 80676 | E.M DEOLINDO F PAIXÃO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.976,38 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.335,82 M². | Ps | 04 | | |
| 48 | 80677 | E.M DEOLINDO F PAIXÃO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.976,38 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.335,82 M². | Ps | 04 | | |
| 49 | 80678 | E.M GOVERNADOR VALADARES - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.958,93 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.425,52 M². | Ps | 04 | | |
| 50 | 80679 | E.M GOVERNADOR VALADARES - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.958,93 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.425,52 M². | Ps | 04 | | |
| 51 | 80680 | E.M HONORINA BARBOSA E CRECHE - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.125,19 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.517,19 M². | Ps | 04 | | |
| 52 | 80681 | E.M HONORINA BARBOSA E CRECHE - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2.125,19 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.517,19 M². | Ps | 04 | | |
| 53 | 80682 | E.M JOSÉ DE SENE PRATA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.090,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.313,49 M². | Ps | 04 | | |
| 54 | 80683 | E.M JOSÉ DE SENE PRATA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.090,30 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.313,49 M². | Ps | 04 | | |
| 55 | 80684 | E.M QUEROBINO GOMIDES - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2650 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.008 M². | Ps | 04 | | |
| 56 | 80685 | E.M QUEROBINO GOMIDES - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 2650 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 1.008 M². | Ps | 04 | | |
| 57 | 80622 | ESF SANTO EXPEDITO - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 300 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 230,60 M². | Ps | 03 | | |
| 58 | 80713 | ESF SANTO EXPEDITO - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 300 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 230,60 M². | Ps | 03 | | |
| 59 | 80859 | ESPAÇO CULTURAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 295,86 M² | Ps | 04 | | |
| 60 | 80860 | ESPAÇO CULTURAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL/CONSTRUÍDA: 295,86 M² | Ps | 04 | | |
| 61 | 80606 | FARMÁCIA DE MINAS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 150 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 90 M². | Ps | 03 | | |
| 62 | 80613 | FARMÁCIA DE MINAS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 150 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 90 M². | Ps | 03 | | |
| 63 | 80863 | GINÁSIO GEVAIR F DA CUNHA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.811,70 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 948,05 M². | Ps | 02 | | |
| 64 | 80864 | GINÁSIO GEVAIR F DA CUNHA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.811,70 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 948,05 M². | Ps | 02 | | |
| 65 | 80865 | GINÁSIO HERC JOSÉ DE MORAIS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.453,61 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 827,32 M². | Ps | 02 | | |
| 66 | 80866 | GINÁSIO HERCULANO J DE MORAIS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 4.453,61 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 827,32 M². | Ps | 02 | | |
| 67 | 80872 | MERCADO MUNICIPAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 8.964 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.290 M². | Ps | 01 | | |
| 668 | 80873 | MERCADO MUNICIPAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 8.964 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 2.290 M². | Ps | 01 | | |
| 69 | 80630 | METAL 1.000.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 1.000.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 70 | 80615 | METAL 10.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 10.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 71 | 80609 | METAL 15.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 18 | | |
| 72 | 80605 | METAL 15.000 L FORMATO CILINDRO - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS DE ÁGUA EM FORMATO DE CILINDRO | Ps | 06 | | |
| 73 | 80627 | METAL 15.000 L FORMATO TAÇA - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 15.000 LITROS DE ÁGUA EM FORMATO DE TAÇA | Ps | 13 | | |

| | | | | | | |
|----|-------|--|----|-----|--|--|
| 74 | 80631 | METAL 20.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 20.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | | |
| 75 | 80623 | METAL 240.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 240.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 76 | 80618 | METAL 30.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 30.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | | |
| 77 | 80619 | METAL 35.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 35.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | | |
| 78 | 80624 | METAL 50.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 79 | 80621 | METAL 8.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL, COM CAPACIDADE DE 8.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 09 | | |
| 80 | 80620 | METAL 90.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM METAL COM CAPACIDADE DE 90.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 81 | 80599 | POLIETILENO 1.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 191 | | |
| 82 | 80603 | POLIETILENO 500 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 500 LITROS DE ÁGUA | Ps | 67 | | |
| 83 | 80711 | POSTO SAUDE P. PONCIANOS - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDADA ÁREA TOTAL: 553,77 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 144,24 M². | Ps | 03 | | |
| 84 | 80712 | POSTO SAUDE P. PONCIANOS - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 553,77 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 144,24 M². | Ps | 03 | | |
| 85 | 80626 | PRE-MOLDADO 4.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, CONFECCIONADO EM PRÉ-MOLDADO, COM CAPACIDADE DE 4.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 03 | | |
| 86 | 80604 | PVC 1.000 L - P.S DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, CONFECCIONADA EM PVC, COM CAPACIDADE DE 1.000 LITROS DE ÁGUA | Ps | 08 | | |
| 87 | 80632 | RESERV. "ABÍLIO THOMAZ" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 360 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 88 | 80633 | RESERV. "ABÍLIO THOMAZ" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 360 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 89 | 80634 | RESERV. "AV DEOLINDO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.116 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 90 | 80635 | RESERV. "AV DEOLINDO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 3.116 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 91 | 80636 | RESERV. "BAIRRO DAS ALAGOAS" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 350 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 92 | 80637 | RESERV. "BAIRRO DAS ALAGOAS" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 350 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 93 | 80638 | RESERV. "BREJINHO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 137 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 94 | 80639 | RESERV. "BREJINHO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 137 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 95 | 80640 | RESERV. "COHAB" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1348 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 96 | 80641 | RESERV. "COHAB" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1348 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 97 | 80642 | RESERV. "DONA MARUCA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 562 M² E (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 98 | 80643 | RESERV. "DONA MARUCA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 562 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 99 | 80644 | RESERV. "FRANC DE PAULA PIRES" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 100 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |

| | | | | | | |
|-----|-------|---|----|----|--|--|
| 100 | 80645 | RESERV. "FRANC DE PAULA PIRES" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 100M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 101 | 80647 | RESERV. "FRANCISCO MAZETO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 102 | 80646 | RESERV. "FRANCISCO MAZETO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 103 | 80648 | RESERV. "JARDIM ALVORADA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDADA ÁREA TOTAL: 600 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 104 | 80649 | RESERV. "JARDIM ALVORADA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 600 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 105 | 80650 | RESERV. "JARDIM EUROPA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 200 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 106 | 80651 | RESERV. "JARDIM EUROPA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 200 M² (NÃOPOSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 107 | 80652 | RESERV. "JESUS M. PRATA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDADA ÁREA TOTAL: 1.766 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 108 | 80653 | RESERV. "JESUS M. PRATA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.766 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 109 | 80654 | RESERV. "JOSÉ BENTO DE SOUZA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 165 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 110 | 80655 | RESERV. "JOSÉ BENTO DE SOUZA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 165 M²(NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 111 | 80656 | RESERV. "PARQUE DE EXPOSIÇÕES" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 112 | 80657 | RESERV. "PARQUE DE EXPOSIÇÕES" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 250M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 113 | 80658 | RESERV. "SAÍDA DA CIDADE" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES) MEDIDADA ÁREA TOTAL: 208 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 114 | 80659 | RESERV. "SAÍDA DA CIDADE" - P.S DE DESRATIZAÇÃO MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 208 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 115 | 80660 | RESERV. "SÃO FRANCISCO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 174 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 116 | 80661 | RESERV. "SÃO FRANCISCO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 174 M² (NÃOPOSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 117 | 80662 | RESERV. "VILA SANTA ISABEL" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 839 M² (NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 118 | 80663 | RESERV. "VILA SANTA ISABEL" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 839 M²(NÃO POSSUI ÁREA CONSTRUÍDA). | Ps | 03 | | |
| 119 | 80847 | RESIDENCIA INCLUSIVA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 403 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 218 M². | Ps | 12 | | |
| 120 | 80848 | RESIDENCIA INCLUSIVA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 403 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 218 M². | Ps | 12 | | |
| 121 | 80827 | RODOVIARIA - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.428,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 783 M². | Ps | 04 | | |
| 122 | 80828 | RODOVIARIA - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 5.428,53 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 783 M². | Ps | 04 | | |
| 123 | 80843 | SCFV - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.644M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 906 M². | Ps | 12 | | |
| 124 | 80844 | SCFV - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.644 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 906 M². | Ps | 10 | | |
| 125 | 80837 | SEDE CONSELHO TUTELAR - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES) O. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 180 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 164 M². | Ps | 10 | | |
| 126 | 80838 | SEDE CONSELHO TUTELAR - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 180 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 164 M². | Ps | 10 | | |
| 127 | 80849 | SEDE SEC. DESENV. SOCIAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDADA ÁREA TOTAL: 1.490 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 400 M². | Ps | 10 | | |
| 128 | 80850 | SEDE SEC. DESENV. SOCIAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.490 M² EÁREA CONSTRUÍDA: 400 M². | Ps | 10 | | |
| 129 | 80851 | SEDE UAI - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 600 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 296 M². | Ps | 04 | | |

| | | | | | | |
|-----|-------|---|----|----|--|--|
| 130 | 80852 | SEDE UAI - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 600 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 296 M². | Ps | 04 | | |
| 131 | 80717 | SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 242 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 212,34 M². | Ps | 03 | | |
| 132 | 80716 | SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 242 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 212,34 M². | Ps | 03 | | |
| 133 | 80705 | UBS "ALZIRA CHAGAS" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 699,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | | |
| 134 | 80706 | UBS "ALZIRA CHAGAS" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 699,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | | |
| 135 | 80697 | UBS "ANNA MANSUR" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 800 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 370,20 M². | Ps | 03 | | |
| 136 | 80698 | UBS "ANNA MANSUR" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 800 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 370,20 M². | Ps | 03 | | |
| 137 | 80703 | UBS "CLEANE APARECIDA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 929,25 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 271,31 M². | Ps | 03 | | |
| 138 | 80704 | UBS "CLEANE APARECIDA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 929,25 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 271,31 M². | Ps | 03 | | |
| 139 | 80709 | UBS "DONA BITA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 377,15 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 377,15 M². | Ps | 03 | | |
| 140 | 80710 | UBS "DONA BITA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 377,15 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 377,15 M². | Ps | 03 | | |
| 141 | 80707 | UBS "HILLE DE S MELO" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 715,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,85 M². | Ps | 03 | | |
| 142 | 80708 | UBS "HILLE DE S MELO" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 715,56 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,85 M². | Ps | 03 | | |
| 143 | 80701 | UBS "MARIZA CRISTINA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.134,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | | |
| 144 | 80702 | UBS "MARIZA CRISTINA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 1.134,10 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 269,70 M². | Ps | 03 | | |
| 145 | 80699 | UBS "TIA SINHA" - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 863,05 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 483,24 M². | Ps | 03 | | |
| 146 | 80700 | UBS "TIA SINHA" - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 863,05 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 483,24 M². | Ps | 03 | | |
| 147 | 80714 | VIGILÂNCIA AMBIENTAL - P.S DE DESINSETIZAÇÃO (INSETOS E ESCORPIÕES). MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 199,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 147,59 M². | Ps | 03 | | |
| 148 | 80715 | VIGILÂNCIA AMBIENTAL - P.S DE DESRATIZAÇÃO. MEDIDA DA ÁREA TOTAL: 199,50 M² E ÁREA CONSTRUÍDA: 147,59 M². | Ps | 03 | | |

- 1) Preço Total da Proposta R\$ _____ (por extenso)
- 2) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias
- 3)

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com todas as condições gerais e especiais estabelecidas no Edital e seus anexos, que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Carimbo da Empresa (CNPJ/MF)
Responsável ou representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2026

O **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.428.854/0001-39, com sede à Rua Floriano Peixoto, 395, Centro, na cidade de Conceição das Alagoas, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **CELSON PIRES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, nomeado pela Portaria nº, de de de 20..., portadora da Matrícula Funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº/2026, processo administrativo n.º/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 302, de 29 de dezembro de 2022, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preço para contratação futura e eventual de empresa especializada em prestação de serviços de desinsetização (inseto e escorpiônico), desratização e limpeza de caixa de água para atender as diversas secretarias e fundos municipais, pelo período de 12 meses., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | | |
|------|---|-------|--------|---------|---------------|---------------|----------|----------------|
| X | Especificação | Marca | Modelo | Unidade | Quantd Máxima | Quantd Mínima | Valor Un | Prazo validade |
| | | | | | | | | |

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Conceição das Alagoas.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame por órgãos ou entidades que não tenham participado dos procedimentos iniciais de planejamento, nos termos do **Art. 86, §2º da Lei nº 14.133/2021**.

4.2. A vedação de que trata este item justifica-se pela necessidade de assegurar a eficiência na gestão da ata pelo Órgão Gerenciador, garantindo que o fornecimento ocorra de forma compatível com a logística, a capacidade de entrega do fornecedor e o dimensionamento exclusivo da demanda dos órgãos participantes.

4.3. Eventuais solicitações de órgãos não participantes ("caronas") serão indeferidas de plano, independentemente da concordância do fornecedor beneficiário da ata.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços,

no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. Não será autorizado o remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.4. A contratação dos itens registrados será restrita exclusivamente ao Órgão Gerenciador e aos Órgãos Participantes.

8.5. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.5, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

